

**POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO E SEUS EFEITOS
NA QUALIDADE DO ENSINO: UM ESTUDO SOBRE O CASO
BRASILEIRO**

**EDUCATION FINANCING POLICIES AND THEIR EFFECTS ON THE
QUALITY OF EDUCATION: A CASE STUDY OF BRAZIL**

Radamese Lima de Oliveira^{*}
Kelyne Gomes de Matos^{**}
Maia Paulo Ricardo Nóbrega^{***}
Rosalina Rosendo da Silva^{****}

RESUMO

O financiamento da educação é um dos principais fatores que influenciam a qualidade do ensino. No Brasil, as políticas de financiamento da educação têm sido um tema central de discussão nas últimas décadas, com destaque para iniciativas como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Este artigo visa analisar as principais políticas de financiamento da educação no Brasil, com ênfase no impacto desses recursos na qualidade do ensino nas escolas públicas. A pesquisa se baseia em uma revisão da literatura sobre o tema, além de uma análise crítica sobre o direcionamento dos investimentos e seus resultados na melhoria das condições de ensino- aprendizagem. A partir dessa análise, o artigo discute os desafios e avanços no financiamento da educação brasileira, propondo possíveis caminhos para o fortalecimento da relação entre investimento financeiro e qualidade educacional.

Palavras-chave: Financiamento da Educação; FUNDEB; Políticas Públicas.

ABSTRACT

Education financing is one of the key factors influencing the quality of education. In Brazil, education financing policies have been a central topic of discussion in recent decades, with initiatives such as the Fund for the Maintenance and Development of Basic Education and the Valorization of Education Professionals (FUNDEB) standing out. This article aims to analyze the main education financing policies in Brazil, with an emphasis on the impact of these resources on the quality of education in public schools. The research is based on a literature review on the subject, as well as a

*Doutor em Ciências da Educação, pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales - FICS - Radamese Lima de Oliveira. Email: radamese.lima@gmail.com

**Mestra em Ciências da Educação, pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales - FICS - Kelyne Gomes de Matos Maia. Email: kelynegomesdematosmaia@gmail.com

***Mestre em Ciências da Educação, pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales - FICS - Paulo Ricardo Nóbrega. Email: nobrega7@hotmail.com

**** Mestra em Ciências da Educação, pela Facultad Interamericana de Ciencias Sociales - FICS - Rosalina Rosendo da Silva. Email: rosalinarosendo@hotmail.com

critical analysis of the allocation of investments and their results in improving teaching and learning conditions. Based on this analysis, the article discusses the challenges and progress in Brazilian education financing, proposing possible pathways to strengthen the relationship between financial investment and educational quality.

Keywords: Education Financing; FUNDEB; Public Policies.

1 INTRODUÇÃO

O financiamento da educação é uma das questões centrais para garantir um sistema educacional de qualidade e justo, pois sem recursos adequados, torna-se impossível implementar políticas eficazes que promovam a melhoria do ensino. No contexto brasileiro, a educação pública enfrenta uma série de desafios, sendo a desigualdade uma das questões mais prementes. O Brasil, com suas dimensões continentais e diversidade regional, apresenta um grande contraste entre as condições de ensino nas diferentes regiões do país, com particularidades que variam entre as áreas urbanas e rurais, e entre os estados e municípios. Esses desafios se refletem na disparidade de qualidade do ensino, especialmente nas escolas públicas, que atendem majoritariamente alunos de famílias de baixa renda.

As políticas de financiamento da educação no Brasil têm evoluído ao longo do tempo, com o objetivo de promover maior equidade no acesso e na qualidade do ensino, especialmente para as populações mais vulneráveis. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) desempenha um papel fundamental nesse processo. Criado em 2006, o FUNDEB visa distribuir os recursos de maneira mais equilibrada entre os estados e municípios, considerando as diferenças na capacidade econômica de cada região. A ideia central do fundo é garantir que os recursos destinados à educação básica sejam mais bem distribuídos, possibilitando que as regiões mais carentes possam oferecer uma educação de qualidade semelhante a das regiões mais ricas. A reforma do FUNDEB em 2020 representou um avanço significativo nesse sentido, ao aumentar a participação da União na composição dos recursos e garantir que um maior volume de recursos seja direcionado para os estados e municípios com menores índices de desenvolvimento social e econômico.

Além do FUNDEB, outras políticas públicas de financiamento também desempenham um papel relevante na melhoria da qualidade da educação.

Programas como o Programa Nacional de Valorização dos Profissionais da Educação (PNE), que busca promover a formação continuada e o aprimoramento das condições de trabalho dos professores, e os investimentos em infraestrutura escolar, são exemplos de como o financiamento deve ser direcionado para diferentes aspectos da educação. A valorização dos profissionais da educação é particularmente importante, pois está diretamente relacionada à qualidade do ensino.

Contudo, o aumento dos investimentos financeiros na educação, por si só, não garante melhorias na qualidade do ensino. A alocação e o uso eficiente dos recursos são igualmente importantes. Muitas vezes, os recursos são mal distribuídos ou mal geridos, e a falta de planejamento estratégico pode levar à utilização inadequada dos fundos disponíveis. Isso reflete a necessidade de uma gestão mais transparente e eficaz, que assegure que os recursos cheguem de fato às escolas e atendam às necessidades específicas de cada localidade. A construção de um sistema de financiamento que seja capaz de enfrentar os desafios locais, atendendo às especificidades de cada região, é um passo essencial para garantir que as políticas de financiamento realmente contribuam para a melhoria da qualidade educacional.

Este artigo tem como objetivo analisar o papel das políticas de financiamento da educação no Brasil, com foco no impacto desses investimentos na qualidade do ensino. Ao abordar os efeitos do FUNDEB e de outras políticas de financiamento, a pesquisa busca compreender como esses mecanismos têm contribuído para a redução das desigualdades educacionais e o que ainda precisa ser feito para garantir uma educação pública de qualidade para todos. Além disso, serão discutidos os desafios enfrentados pelo país no uso eficiente dos recursos financeiros e as oportunidades de aprimoramento das políticas de financiamento, a fim de fortalecer o sistema educacional e promover um futuro mais justo e igualitário para os estudantes brasileiros.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1. O Contexto Histórico do Financiamento da Educação no Brasil

O financiamento da educação no Brasil sempre esteve intrinsecamente ligado às desigualdades econômicas e regionais que caracterizam o país. Historicamente,

as escolas públicas enfrentaram um subfinanciamento crônico, especialmente nas regiões mais pobres, como o Norte e o Nordeste, onde o acesso à educação de qualidade foi um desafio constante. Esse cenário de disparidades regionais foi refletido em indicadores de educação, como o número de escolas, a infraestrutura e a qualificação dos profissionais da educação. Nos períodos anteriores à Constituição de 1988, o financiamento da educação era caracterizado pela centralização dos recursos, com grande dependência dos governos estaduais e municipais, o que gerava grande desigualdade entre as regiões do país.

A Constituição Federal de 1988 foi um marco importante para a educação no Brasil, pois estabeleceu a educação como um direito fundamental de todos os cidadãos, independentemente de sua classe social, etnia ou local de residência. A Constituição determinou que o Estado brasileiro deveria garantir o acesso à educação básica gratuita e de qualidade, com uma ênfase particular na educação infantil e no ensino fundamental. Com isso, o financiamento da educação ganhou uma nova dimensão, uma vez que se tornou responsabilidade do governo federal, além dos estados e municípios, garantir os recursos necessários para atender a essa demanda crescente. Contudo, a implementação dessa diretriz esbarrou em desafios financeiros e estruturais, já que as desigualdades regionais persistiam e a educação pública carecia de um financiamento robusto e sustentável.

Ainda que os recursos financeiros não sejam o único elemento para a garantia de uma educação de qualidade, eles são essenciais para essa oferta (Alves, 2012; Carreira; Pinto, 2007). A criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) em 1996 representou um ponto de inflexão no financiamento da educação no Brasil. Antes do FUNDEF, o financiamento da educação básica era marcado pela grande dependência dos recursos dos municípios e pela inexistência de um sistema de redistribuição de verbas que levasse em consideração as disparidades econômicas entre as regiões.

O FUNDEF foi criado com o objetivo de estabelecer um financiamento mínimo para a educação fundamental, de forma que os municípios e estados que possuíam menor capacidade financeira pudessem garantir uma educação básica de qualidade. O fundo era alimentado por recursos provenientes da União, estados e municípios, com uma parte significativa vinda de impostos como o ICMS e o IPVA. A principal inovação do FUNDEF foi o critério de distribuição dos recursos, que passou a ser

baseado no número de alunos matriculados e não apenas em critérios históricos de repasse, o que ajudou a corrigir distorções no financiamento educacional.

Embora o FUNDEF tenha representado um avanço significativo, ele não foi suficiente para resolver todos os problemas estruturais da educação brasileira. O financiamento ainda era limitado, e o critério de distribuição, embora mais equitativo, não resolvia as grandes disparidades de qualidade entre as escolas, principalmente no que se referia à infraestrutura e à formação dos professores. Além disso, o FUNDEF era voltado apenas para o ensino fundamental, deixando de lado outras etapas da educação básica, como a educação infantil e o ensino médio, que também enfrentavam problemas de financiamento e qualidade. Rebell (2007; 2017) destaca que existe certo consenso de que há correlação demonstrável entre os gastos com educação e resultados, desde que o dinheiro seja bem aplicado.

Em 2006, o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) foi criado como uma evolução do FUNDEF, ampliando o alcance do financiamento para todas as etapas da educação básica, incluindo a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. O FUNDEB representou um avanço importante ao buscar garantir recursos mais equitativos para as escolas públicas de todas as regiões, com especial atenção aos estados e municípios mais carentes. O fundo também ampliou a participação da União no financiamento da educação básica, o que ajudou a reduzir a dependência dos recursos estaduais e municipais.

A principal inovação do FUNDEB foi a ampliação da base de financiamento, o que permitiu um aumento no volume de recursos destinados à educação. Além disso, o fundo tornou-se mais flexível, permitindo que os recursos fossem utilizados não apenas para o pagamento de salários de professores, mas também para investimentos em infraestrutura e melhoria das condições das escolas. No entanto, o FUNDEB também enfrentou críticas quanto à distribuição dos recursos, que, apesar de ser mais equitativa do que no sistema anterior, ainda não resolvia as grandes disparidades regionais. Em muitos estados e municípios, especialmente aqueles com menores índices de desenvolvimento social, o valor per capita para cada aluno ainda era insuficiente para garantir uma educação de qualidade.

Em 2020, o FUNDEB passou por uma reforma significativa, que visava corrigir algumas das deficiências identificadas nas versões anteriores. A reforma ampliou a participação da União no financiamento, elevando sua contribuição de 10% para

23%, com o objetivo de garantir mais recursos para os estados e municípios mais pobres. Outra mudança importante foi a atualização dos critérios de distribuição dos recursos, que passaram a considerar mais detalhadamente as condições locais e as necessidades específicas de cada região, permitindo uma alocação mais eficiente dos fundos. Além disso, a reforma estabeleceu o FUNDEB como uma política permanente, o que representa uma maior estabilidade no financiamento da educação básica, garantindo maior previsibilidade nos repasses de recursos.

Em síntese, o histórico do financiamento da educação no Brasil reflete a constante luta para superar desigualdades regionais e garantir o direito à educação para todos. A criação do FUNDEF e a posterior implementação do FUNDEB representaram avanços significativos, mas ainda há muito a ser feito para garantir que os recursos cheguem de fato às escolas e que a educação básica seja de qualidade em todas as regiões do país. A reforma do FUNDEB em 2020 foi um passo importante, mas os desafios relacionados à gestão dos recursos, à qualificação dos profissionais e à infraestrutura das escolas permanecem, exigindo uma constante revisão das políticas de financiamento e da alocação dos recursos educacionais.

2.2 O FUNDEB e seu Impacto na Qualidade da Educação

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) foi criado com o objetivo de reduzir as desigualdades no financiamento da educação básica no Brasil, especialmente entre os diferentes estados e municípios. Antes da criação do FUNDEB, os recursos destinados à educação eram distribuídos de maneira desigual, favorecendo as regiões mais ricas e deixando as regiões mais pobres com recursos insuficientes para oferecer uma educação de qualidade. A principal função do FUNDEB é corrigir essas distorções, redistribuindo os recursos de forma mais equitativa, considerando o número de alunos matriculados e o nível de desenvolvimento econômico de cada localidade. Com isso, o fundo buscava garantir que os alunos das regiões menos favorecidas tivessem acesso a condições mínimas de ensino, de forma a combater as desigualdades educacionais historicamente presentes no país.

O financiamento da educação, no Brasil, trata-se de pauta para elucidar

diversos desafios, problemáticas e potencialidades, considerando que a temática tem sido discutida com muita profundidade, ainda mais nos últimos anos, em que pesem gargalos que impedem os avanços no campo da educação (Silva, 2021; Stockmann, 2021; Souza, 2022). A redistribuição de recursos, proporcionada pelo FUNDEB, permitiu avanços significativos, como a melhoria da infraestrutura escolar e a possibilidade de aumentar os investimentos em formação de professores e em materiais pedagógicos. O fundo, além de apoiar o pagamento de salários de docentes e demais profissionais da educação, também destinava recursos para outras áreas essenciais, como transporte escolar, alimentação, e manutenção de escolas, possibilitando a oferta de condições mais dignas para o ensino.

A reforma do FUNDEB, em 2020, ampliou consideravelmente a abrangência e os recursos destinados à educação básica, buscando corrigir algumas falhas e lacunas identificadas ao longo dos anos. Uma das mudanças mais significativas foi o aumento da participação da União no financiamento do fundo, que passou de 10% para 23%. Com isso, o governo federal passou a destinar mais recursos diretamente aos estados e municípios com menor capacidade econômica, o que teve um impacto direto nas regiões mais carentes. Além disso, a reforma também ampliou os critérios utilizados para o cálculo do valor por aluno, levando em consideração, de forma mais detalhada, as condições locais, como a quantidade de alunos matriculados, a localização das escolas e os níveis de vulnerabilidade social. Essa mudança permitiu uma maior equidade na distribuição dos recursos, uma vez que, até então, muitos estados e municípios com grandes disparidades internas de desenvolvimento não recebiam a devida compensação no valor repassado por aluno.

No entanto, apesar do avanço significativo representado pela reforma de 2020, especialistas e estudiosos da área apontam que o FUNDEB, por si só, não é suficiente para resolver os problemas estruturais da educação brasileira. Embora o fundo tenha contribuído para reduzir as desigualdades regionais no financiamento, muitos desafios continuam a existir, especialmente no que se refere à gestão eficiente dos recursos, à aplicação estratégica do dinheiro e à sua destinação para áreas prioritárias, como a formação de professores e a melhoria da infraestrutura escolar. Para que o aumento no financiamento realmente se traduza em melhorias na qualidade da educação, é necessário que os recursos sejam utilizados de maneira eficaz, com foco na implementação de políticas públicas voltadas para a melhoria do processo de ensino- aprendizagem.



Os recursos do financiamento público se originam na arrecadação do cidadão, em grande parte imposta pelo Estado e viabiliza a formulação de políticas públicas e sua implementação. Ao ser descrita como um dever do Estado e direito de todos, a educação para sua efetivação depende de recursos públicos além de uma política de prioridade estabelecida. Foi a partir da Constituição de 1988 que a temática do financiamento público passou a estar presente nos debates políticos e econômicos. O ensino fundamental, inicialmente foi a atenção principal do governo brasileiro que criou o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) e o FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Escola) (Silva et al., 2020, p. 263).

Um dos principais desafios do FUNDEB é garantir que os recursos cheguem efetivamente às escolas e que sejam usados de forma eficiente. A gestão do fundo é, muitas vezes, comprometida pela falta de transparência e pela dificuldade de acompanhamento da aplicação dos recursos. Em muitos casos, os recursos financeiros destinados às escolas não são aplicados de maneira estratégica, e a ausência de planejamento a longo prazo acaba comprometendo a melhoria efetiva da qualidade do ensino. Isso se reflete, por exemplo, na falta de investimento em formação continuada para os professores, na escassez de materiais didáticos adequados e na precariedade da infraestrutura escolar.

Outro aspecto importante a ser considerado é que, embora a redistribuição de recursos seja um passo importante para corrigir desigualdades, a qualidade do ensino está diretamente relacionada a outros fatores além do financiamento. A valorização dos profissionais da educação, o desenvolvimento de novas metodologias pedagógicas, a integração de tecnologias no ensino e o engajamento das comunidades escolares são elementos fundamentais para a construção de um ambiente educacional de qualidade. Sem um investimento direcionado para essas áreas, mesmo um aumento significativo de recursos pode não resultar em melhorias substantivas na aprendizagem dos alunos.

A aplicação eficiente dos recursos do FUNDEB, portanto, depende de uma gestão articulada e comprometida, que leve em consideração as especificidades de cada região e as necessidades locais. Além disso, é necessário que o governo federal, os estados e os municípios trabalhem de forma coordenada para implementar políticas públicas que ampliem as condições de aprendizagem, como a formação contínua de professores, a ampliação da carga horária das escolas e o fortalecimento da infraestrutura pedagógica e tecnológica. Somente com essa abordagem integrada será possível transformar o aumento de recursos do FUNDEB

em um real avanço na qualidade do ensino no Brasil.

Portanto, o FUNDEB foi um grande avanço na correção das desigualdades regionais no financiamento da educação e tem contribuído para a melhoria das condições de ensino nas escolas públicas, especialmente nas regiões mais carentes. No entanto, sua eficácia na promoção da qualidade educacional depende de uma gestão eficiente, do direcionamento estratégico dos recursos e de um conjunto mais amplo de políticas públicas voltadas para o aprimoramento da educação básica. Para que o FUNDEB continue a cumprir seu papel de reduzir desigualdades e melhorar a educação no Brasil, será necessário avançar em áreas complementares, como a valorização dos profissionais da educação, o aprimoramento da infraestrutura escolar e a adoção de metodologias pedagógicas mais inovadoras.

2.3 Outros Programas de Financiamento e sua Relação com a Qualidade do Ensino

Embora o FUNDEB seja a principal fonte de financiamento da educação básica no Brasil, diversos outros programas e iniciativas complementam esse processo, contribuindo para melhorar as condições de ensino e, de forma indireta, a qualidade educacional. Entre esses programas, destacam-se o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa Nacional de Valorização dos Profissionais da Educação (PNE). Esses programas, embora não sejam diretamente responsáveis pelo conteúdo pedagógico ou pela estrutura curricular, têm um papel fundamental em garantir que as condições externas ao processo de ensino-aprendizagem estejam adequadas para o pleno desenvolvimento dos estudantes.

O PNATE, por exemplo, é essencial para garantir o acesso dos alunos à escola, especialmente em áreas rurais e em regiões mais afastadas dos centros urbanos. O transporte escolar adequado assegura que estudantes de comunidades isoladas possam frequentar as escolas com regularidade, evitando o abandono escolar e contribuindo para a universalização do ensino. No entanto, os recursos destinados ao transporte escolar não são suficientes para cobrir todas as necessidades do país, e a gestão eficiente desses recursos é crucial para que o programa alcance seu objetivo. Em muitas regiões, a infraestrutura de transporte

ainda é precária, o que pode dificultar o acesso dos estudantes, especialmente aqueles que moram em locais de difícil acesso, com estradas em condições inadequadas.

Da mesma forma, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) desempenha um papel importante na qualidade do ensino, embora de maneira indireta. A alimentação escolar é um fator determinante para o desempenho dos estudantes, pois uma boa alimentação contribui para o desenvolvimento cognitivo, aumenta a concentração e melhora a saúde dos alunos. O PNAE tem como objetivo garantir que todos os estudantes da educação básica, tanto em áreas urbanas quanto rurais, recebam refeições adequadas e balanceadas, o que é essencial para criar um ambiente de aprendizagem saudável.

Entre os programas que mais diretamente impactam a qualidade do ensino está o Programa Nacional de Valorização dos Profissionais da Educação (PNE), que engloba diversas iniciativas voltadas para a melhoria das condições de trabalho e a valorização dos professores e demais profissionais da educação. O PNE inclui medidas como a criação do Piso Salarial Nacional, a oferta de formação continuada e o incentivo à formação acadêmica de docentes. A valorização do magistério é um dos pilares mais importantes para a melhoria da qualidade educacional, pois um professor bem remunerado, capacitado e motivado tem maiores condições de desempenhar um papel eficaz no processo de ensino-aprendizagem. A implementação de políticas que garantam salários justos e condições adequadas de trabalho é essencial para atrair e reter bons profissionais nas escolas públicas, o que reflete diretamente no desempenho dos alunos.

No entanto, a eficácia do PNE enfrenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito à implementação das políticas nos âmbitos estaduais e municipais. Embora o Piso Salarial Nacional tenha sido um avanço importante, muitos estados e municípios enfrentam dificuldades financeiras para cumprir as exigências da legislação, resultando em atrasos no pagamento ou na falta de reajustes adequados. Além disso, a formação continuada, uma das estratégias mais importantes para a atualização pedagógica dos professores, ainda não é acessível de forma ampla e consistente em todas as regiões, especialmente nas mais remotas.

Apesar dos benefícios que esses programas oferecem, sua efetividade depende em grande parte da implementação local, que, muitas vezes, sofre com

problemas de gestão e escassez de recursos. Em várias localidades, especialmente nas mais carentes, a falta de estrutura administrativa e a baixa capacidade de gestão podem comprometer o sucesso dessas políticas. A descentralização do financiamento e a autonomia dos estados e municípios, embora sejam importantes para atender às especificidades locais, podem resultar em desigualdades na aplicação dos recursos, o que torna difícil garantir que todos os alunos se beneficiem de maneira equitativa dos programas oferecidos. A coordenação entre as diferentes esferas de governo e a criação de mecanismos de monitoramento e avaliação mais eficazes são essenciais para garantir que os recursos cheguem de fato às escolas e que seus efeitos se traduzam em melhorias concretas na qualidade do ensino.

Embora os programas como o PNATE, o PNAE e o PNE não atuem diretamente sobre o currículo ou as práticas pedagógicas nas salas de aula, eles têm um impacto indireto significativo na qualidade da educação. Quando esses programas são bem implementados, eles criam um ambiente mais favorável à aprendizagem, com escolas bem estruturadas, profissionais qualificados e alunos que têm melhores condições de se concentrar e se engajar no processo educacional. A qualidade da educação, portanto, não depende apenas do aumento do financiamento direto às escolas, mas também de uma abordagem integrada que considere todas as necessidades do ambiente escolar e do aluno.

Em conclusão, os programas de financiamento como o PNATE, o PNAE e o PNE desempenham papéis cruciais para garantir a melhoria das condições de ensino e o sucesso dos estudantes. No entanto, para que esses programas realmente contribuam para a melhoria da qualidade educacional, é necessário que sejam implementados de forma eficiente, com atenção às especificidades locais e a uma gestão transparente e comprometida.

2.4 Desafios no Uso Eficiente dos Recursos Públicos

O uso eficiente dos recursos públicos destinados à educação é um dos maiores desafios enfrentados pelas políticas de financiamento educacional no Brasil. Apesar de haver um grande volume de investimentos, especialmente com a criação do FUNDEB e outros programas complementares, a qualidade do ensino nas escolas públicas nem sempre reflete o montante de recursos investidos. A educação é uma área que exige uma alocação estratégica e bem planejada, pois o simples

aumento de recursos financeiros não garante automaticamente melhores resultados educacionais. Fatores como a gestão inadequada dos recursos, a falta de planejamento a longo prazo, a fragmentação das políticas públicas e a corrupção são barreiras que muitas vezes comprometem os esforços para melhorar a qualidade do ensino nas escolas.

[...] os recursos são insuficientes; 2) a política macroeconômica tem influenciado diretamente a política educacional, de forma a minimizar os recursos destinados à educação; 3) persistem práticas como desvios de finalidades, sonegações e isenções, que fragilizam a oferta educacional pública; 4) má administração dos recursos destinados à educação ainda é realidade, problema acentuado pelo frágil controle social existente; 5) as políticas implementadas resultam em conflitos de responsabilidades, que favorecem a desresponsabilização por parte dos entes federados, especialmente da União, que não cumpre a função supletiva e redistributiva em relação aos Estados e municípios, tal qual previsto constitucionalmente (Costa; Tavares; Couto, 2021, p. 182).

A má gestão dos recursos é uma das principais causas que impedem que o aumento do financiamento educacional se traduza em melhorias significativas na qualidade do ensino. Em muitos casos, os recursos destinados a escolas não são aplicados de forma estratégica, o que resulta em investimentos ineficazes ou até em desperdício de dinheiro público. Isso pode ocorrer por uma série de razões, como a falta de capacitação técnica e administrativa nas gestões municipais e estaduais, a ausência de planejamento adequado e a falta de controle e acompanhamento efetivo dos gastos. Muitas vezes, o dinheiro é direcionado para áreas menos prioritárias ou para gastos correntes, como pagamento de pessoal, ao invés de ser investido em melhorias estruturais ou em capacitação de professores, que são fundamentais para o aprimoramento da qualidade educacional.

Além disso, a falta de planejamento estratégico muitas vezes leva a uma distribuição desigual dos recursos. Quando as escolas não são avaliadas de maneira criteriosa quanto às suas necessidades específicas, pode ocorrer a alocação de recursos de maneira ineficiente, prejudicando as escolas com maior demanda ou aquelas em situação de maior vulnerabilidade. Por exemplo, em escolas localizadas em regiões periféricas ou em áreas rurais, onde as condições de infraestrutura e as necessidades de formação dos professores são mais exigentes, o financiamento não é necessariamente suficiente para cobrir todas as lacunas e

garantir uma educação de qualidade.

Outro fator que compromete a eficácia do financiamento educacional é a corrupção. Infelizmente, desvios de recursos destinados à educação são um problema recorrente em algumas esferas de governo, e isso prejudica diretamente a qualidade do ensino. Os casos de superfaturamento de obras escolares, desvio de recursos para a compra de materiais ou até mesmo o uso indevido de verbas para programas de formação continuada são exemplos de como a corrupção pode prejudicar a implementação de políticas educacionais. O desvio de recursos não apenas impede que o dinheiro chegue às escolas, mas também prejudica a confiança da sociedade nas políticas públicas, dificultando o avanço de iniciativas importantes para o setor.

A corrupção também afeta a transparência da gestão pública. Quando os processos de alocação de recursos não são transparentes, a comunidade escolar e os próprios gestores locais não têm visibilidade sobre a destinação dos recursos, o que compromete o acompanhamento e a cobrança de resultados. A falta de uma fiscalização efetiva e a baixa transparência nas ações do governo dificultam a identificação de erros e a correção de problemas, o que agrava a situação e impede que os recursos sejam utilizados da melhor maneira possível.

Mesmo com a redistribuição mais equitativa dos recursos por meio do FUNDEB, a qualidade do ensino ainda é marcada por profundas desigualdades entre as redes de ensino e, principalmente, entre as escolas urbanas e rurais. As disparidades entre as redes de ensino não se limitam apenas ao financiamento, mas estão também relacionadas às condições de infraestrutura das escolas, ao nível de formação dos profissionais da educação e às condições socioeconômicas dos alunos. Enquanto as escolas localizadas em grandes centros urbanos frequentemente têm mais recursos, melhor infraestrutura e maior acesso a novas tecnologias, as escolas em regiões periféricas ou rurais enfrentam grandes dificuldades em garantir condições mínimas para a educação de qualidade.

Além das questões estruturais e de infraestrutura, a disparidade no nível de alfabetização entre os alunos das diferentes regiões do Brasil também é um desafio significativo. A educação básica no país ainda enfrenta dificuldades para garantir que todos os alunos alcancem níveis adequados de alfabetização no tempo esperado. A alocação de recursos, portanto, deve considerar a necessidade de ações mais específicas e voltadas para a recuperação de defasagens educacionais, com

investimentos em programas de reforço escolar, recuperação de alunos com dificuldades de aprendizagem e capacitação de professores para lidar com diferentes níveis de alfabetização.

Para que a alocação dos recursos seja mais eficaz, é essencial que haja uma gestão local mais qualificada e comprometida com a melhoria da qualidade do ensino. Os gestores municipais e estaduais precisam ser capacitados para administrar os recursos de forma eficiente, priorizando investimentos em áreas-chave como formação de professores, infraestrutura escolar e material didático. Além disso, a participação ativa das comunidades escolares, incluindo pais, alunos e professores, na gestão dos recursos também é fundamental para garantir que as necessidades locais sejam atendidas. A gestão participativa permite que as escolas definam suas prioridades com base em suas realidades específicas, aumentando as chances de uma utilização mais eficaz dos recursos e de um impacto positivo na qualidade do ensino.

Portanto, embora o Brasil tenha feito avanços significativos no financiamento da educação, os desafios relacionados ao uso eficiente dos recursos são persistentes. A má gestão, a corrupção, as desigualdades regionais e a falta de um planejamento estratégico adequado ainda são obstáculos significativos para que o financiamento tenha um impacto real e efetivo na qualidade educacional. Para que os recursos públicos se traduzam em melhorias concretas nas escolas, é necessário um esforço coordenado que envolva melhor gestão, mais transparência, maior capacitação dos profissionais envolvidos e, sobretudo, um maior foco nas especificidades locais, respeitando as realidades e necessidades de cada comunidade escolar.

2.5 O Papel da Sociedade e do Estado na Qualidade do Ensino

A qualidade do ensino é um objetivo que vai além do simples aumento do financiamento, pois depende de uma gestão eficiente dos recursos, de uma atuação integrada de diversos atores sociais e da criação de um ambiente educacional propício ao aprendizado. Para que os recursos financeiros destinados à educação gerem de fato resultados positivos, é imprescindível que o investimento seja complementado por políticas públicas abrangentes que envolvam a formação continuada de professores, a adoção de novas metodologias pedagógicas, a

valorização da cultura local e a participação ativa da sociedade, especialmente das famílias. Essa abordagem integrada é fundamental para garantir que a educação no Brasil avance de forma equitativa e eficaz, atendendo às necessidades de todos os estudantes, independentemente da sua localização ou condição socioeconômica.

O Estado tem um papel central na criação de políticas públicas que não apenas distribuam recursos, mas também garantam sua aplicação adequada. A gestão eficiente dos recursos financeiros é essencial para que os investimentos em infraestrutura escolar, materiais pedagógicos, capacitação de professores e outros itens essenciais se reflitam diretamente na melhoria da qualidade do ensino. No entanto, a gestão pública no Brasil enfrenta diversos desafios, como a descentralização das responsabilidades, a falta de capacitação em muitos municípios e estados, e a escassez de mecanismos de controle e avaliação.

Uma boa gestão escolar deve ser orientada por um planejamento robusto, que leve em consideração as necessidades reais de cada unidade de ensino. O monitoramento e a avaliação contínuos dos resultados são essenciais para corrigir falhas, otimizar o uso dos recursos e garantir que as políticas educacionais estejam atingindo seus objetivos. Para isso, é fundamental que os gestores públicos adotem modelos de accountability (responsabilização), com processos claros de transparência, controle e participação social.

Além da boa gestão de recursos, um dos pilares para a melhoria da qualidade do ensino é a valorização e a formação contínua dos professores. O processo de ensino-aprendizagem está diretamente ligado às competências dos educadores, e investir em sua capacitação é um fator essencial para o sucesso educacional. A formação continuada de professores, por meio de programas de aperfeiçoamento, atualização pedagógica e inovação em metodologias de ensino, é crucial para que os educadores estejam preparados para lidar com os desafios do ensino contemporâneo, como a diversidade nas salas de aula, o uso de tecnologias e a aplicação de novas abordagens pedagógicas.

A participação da sociedade, especialmente das famílias, no processo educacional é outro elemento crucial para a melhoria da qualidade do ensino. A educação é uma responsabilidade compartilhada entre o Estado, as escolas e a comunidade, e o engajamento dos pais e responsáveis pode ter um impacto significativo no desempenho dos alunos. A interação entre escola e família é um fator que influencia diretamente a motivação dos estudantes, seu interesse pela

aprendizagem e seu desenvolvimento emocional e social. As escolas devem criar espaços para a participação ativa das famílias, não apenas por meio de reuniões, mas também em processos de decisão, planejamento e execução de ações pedagógicas.

Para que as políticas públicas voltadas à educação realmente surtam efeitos, é fundamental que haja um sistema de transparência na gestão dos recursos. A sociedade, por meio de movimentos sociais, conselhos escolares, e outras entidades de controle social, deve acompanhar de perto a execução do orçamento educacional, monitorando a destinação dos recursos e garantindo que os investimentos cheguem às escolas de forma eficiente. A transparência também é um fator que fortalece a confiança nas instituições públicas, ao mostrar que os recursos estão sendo utilizados de forma responsável e com foco na melhoria das condições educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas de financiamento da educação no Brasil têm sido fundamentais para avançar na universalização do ensino e na redução das desigualdades educacionais, especialmente por meio de mecanismos como o FUNDEB, que busca garantir uma distribuição mais equitativa de recursos entre estados e municípios. No entanto, apesar desses avanços, ainda existem grandes desafios a serem enfrentados, especialmente no que diz respeito à gestão eficiente dos recursos e à aplicação estratégica do financiamento em áreas-chave, como a formação continuada dos professores, a infraestrutura escolar e a inovação pedagógica. Para que o aumento do financiamento se traduza em melhorias reais e duradouras na qualidade do ensino, é necessário um esforço coordenado que envolva não apenas o aumento dos investimentos, mas também uma gestão mais eficaz e uma série de políticas públicas que favoreçam a transformação das escolas em espaços de aprendizagem de alta qualidade.

A boa gestão dos recursos públicos é um dos principais fatores determinantes para que o financiamento da educação tenha um impacto positivo na qualidade do ensino. A simples alocação de mais recursos não é suficiente se a gestão desses recursos não for eficaz. A descentralização dos investimentos, que tem ocorrido com o FUNDEB, exige uma maior capacitação dos gestores locais, para que os recursos

sejam bem distribuídos, aplicados com transparência e direcionados para as áreas de maior necessidade. Um dos caminhos para melhorar a gestão é a adoção de modelos mais robustos de accountability (responsabilização) e a implementação de sistemas de monitoramento e avaliação que permitam acompanhar os resultados de forma contínua, corrigindo rumos e promovendo melhorias quando necessário.

Além disso, é fundamental que haja uma maior integração entre os diferentes níveis de governo e as escolas. Os estados e municípios precisam de apoio técnico e financeiro para garantir que os recursos sejam aplicados de maneira eficaz. Isso inclui desde a construção e manutenção de infraestrutura escolar até a oferta de materiais pedagógicos adequados, passando pela valorização dos profissionais da educação. A gestão escolar precisa ser fortalecida, com a promoção de práticas de liderança educacional mais eficientes e com o apoio de políticas que incentivem a autonomia das escolas para tomar decisões que atendam às suas realidades locais.

Outro ponto crucial para o futuro das políticas de financiamento é a necessidade de investimentos contínuos na formação de professores. A melhoria da qualidade do ensino está intrinsecamente ligada à capacitação e valorização dos profissionais da educação, que devem ser preparados não apenas para lidar com os conteúdos tradicionais, mas também para adotar novas metodologias pedagógicas que respondam às demandas do século XXI. Programas de formação continuada são fundamentais para garantir que os professores estejam atualizados com as melhores práticas pedagógicas e com o uso de novas tecnologias no ensino.

Ademais, a inovação pedagógica deve ser incentivada, para que as escolas se tornem ambientes dinâmicos, capazes de promover o desenvolvimento de competências essenciais para os alunos, como o pensamento crítico, a criatividade, a colaboração e a resolução de problemas. A integração das novas tecnologias na educação é uma das formas mais eficazes de promover a inovação, mas isso exige que os educadores recebam treinamento adequado e que as escolas tenham acesso a recursos tecnológicos e de conectividade. A inovação pedagógica não se limita ao uso de tecnologias, mas também envolve novas abordagens de ensino que tornem o aprendizado mais significativo e personalizado para os estudantes.

A melhoria da infraestrutura escolar é outro aspecto central que deve acompanhar o aumento do financiamento da educação. Muitos desafios ainda persistem, especialmente nas regiões mais carentes, onde a falta de recursos adequados compromete o aprendizado. Investir na infraestrutura física das escolas,

garantindo salas de aula adequadas, acesso à internet de qualidade, materiais pedagógicos modernos e ambientes de aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento dos alunos, é um passo fundamental para a criação de condições que favoreçam o sucesso educacional.

A infraestrutura não deve ser vista apenas como um aspecto físico, mas como um elemento que deve ser integrado à gestão pedagógica, ou seja, a qualidade da infraestrutura deve estar diretamente relacionada à proposta pedagógica da escola. Isso significa que as escolas devem ter recursos não só para o ensino tradicional, mas também para a implementação de práticas inovadoras, como a educação baseada em projetos, a aprendizagem colaborativa e o uso de tecnologias no processo de ensino-aprendizagem.

Um dos principais caminhos para o futuro da educação no Brasil é o fortalecimento da participação da comunidade escolar nas decisões relativas ao uso dos recursos e às práticas pedagógicas. Além disso, o fortalecimento da cidadania ativa no contexto educacional, por meio de conselhos escolares e outras instâncias de participação social, pode contribuir para a fiscalização da utilização dos recursos e garantir que as políticas públicas sejam implementadas de forma eficiente e transparente.

O financiamento da educação no Brasil tem avançado ao longo dos anos, mas ainda há muitos desafios pela frente. O caminho para garantir uma educação de qualidade para todos passa pela combinação de um financiamento mais eficaz, políticas públicas que incentivem a inovação e a formação de professores, e a participação ativa da sociedade. Somente com um esforço conjunto, que envolva todos os setores da sociedade, será possível transformar a educação pública em um verdadeiro motor de transformação social e garantir a construção de um país mais justo e igualitário.

REFERÊNCIAS

ALVES, T. **Desenvolvimento de um modelo de previsão de custos para planejamento de sistemas públicos de educação básica em condições de qualidade:** uma aplicação a municípios de Goiás. 353f. Tese (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CARREIRA, D.; PINTO, J. M. R. **Custo Aluno Qualidade Inicial:** rumo à educação pública de qualidade no Brasil. São Paulo: Global, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2007.

COSTA, Michel; TAVARES, Elisabeth dos Santos Tavares; COUTO, Maria Emília Couto. **Financiamento da Educação Básica no Brasil:** desconstrução e reconstrução político-histórica. *Revista Educação e Políticas em Debate*, v. 9, n. 3, p. 172-187, 2021.

PEREIRA, M. S. (2022). **A educação básica e o impacto do financiamento no desempenho escolar: uma análise do FUNDEB.** *Cadernos de Pesquisa Educacional*, 39(1), 45-59.

REBELL, M. A. **Professional rigor, public engagement and judicial review:** A proposal for enhancing the validity of education adequacy studies. *Teacher College Record*, v. 109, n. 6, p. 1303-1373, 2007.

SILVA, Adriana. **O financiamento da educação básica no Brasil contemporâneo:** avanços e contradições revelados nos gastos da educação de Santo André. 2021. 259f. Tese (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Nove de Julho, São Paulo, 2021.

SILVA, Francimar Batista et [al. **Gestão e financiamento da educação básica no Brasil: o papel do FUNDEF e FUNDEB.** *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 6, p. 254-267, 2020.

SOUZA, Fábio. **O Financiamento da Educação das Prefeituras da Região da Baixada Litorânea Fluminense na Pandemia.** *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 38, 2022. STOCKMANN, Daniel. Políticas de Financiamento da Educação no Brasil: impasses para a valorização docente. *FINEDUCA - Revista de Financiamento da Educação*, v. 11, 2021.